



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

AVISO/EDITAL

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90010/2026

No Novo Divulgação de Compras do Comprasgov esta dispensa encontra-se com o nº 987989
07/2026

CONTRATANTE: UASG 987.989

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE – PARANÁ

OBJETO

Contratação de serviço de profissional de educação física para desenvolver atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 17.703,60 (dezesete mil, setecentos e tres reais e sessenta centavos)

Os preços deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PERÍODO DE PROPOSTAS

O período de cadastro de propostas se dará da seguinte forma:

- De 02/06/2026 às 10h30min.
- Até 10/06/2026 às 07h59min

PERÍODO DE LANCES

O período de lances se dará da seguinte forma:

- De 10/06/2026 às 8h;
- Até 10/06/2026 às 14h.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM.

AVISO/EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90010/2026

Processo Administrativo nº 54/2026

Torna-se público que o Município de Vera Cruz do Oeste, por meio do(a) Departamento de Compras, realizará Dispensa, na forma Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

1. DATA DA SESSÃO/JULGAMENTO

1.1. A sessão de processamento da Dispensa Eletrônica será realizada no ambiente virtual do Compras.Gov.Br “Acesso Identificado”, no dia:

- Data da sessão: **10/junho/2026;**
- Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>;
- Horário da Fase de Lances: **08h00min às 14h00min.**

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

- 2.2.** A Dispensa, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 2.3.** Com a apresentação da proposta de preços a pessoa jurídica assume automaticamente o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Aviso/Edital e seus anexos, inclusive ter conhecimento das especificações técnicas dos itens objeto desta dispensa de licitação.
- 2.4.** A sessão de processamento do certame será conduzida por um(a) Pregoeiro(a) na qualidade de Agente de Contratação, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados através do Decreto Municipal nº 7.476/2025 do dia 28 de novembro de 2025, publicado nesse mesmo dia e alterada pelo Decreto Municipal nº 7.633/2026 publicado em 20/05/2026.

Agente de Contratação:

Sandra Regina Ramos da Silva, Matrícula nº 7571;
Keli Fátima Trevisol, Matrícula nº 3287251;
Rosângela da Conceição Romano, Matrícula nº 329731.
Juliana Estevão de Oliveira Rosalen, matrícula nº 332421;
Pablo Felipe Hubner de Araujo, matrícula nº 332381;

Equipe de apoio:

Gabriela Werlang, matrícula 3289295/1;
Leonardo Felsky de Lima, matrícula nº 3288871; e
Letícia Gabrieli Souza Rosa, matrícula nº 32892991.

3. OBJETO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

- 3.1** O Objeto do presente aviso/edital é a contratação, por dispensa de licitação, de **serviço de profissional de educação física para desenvolver atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso/Edital de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.2** A licitante é responsável pela verificação, junto ao site, de qualquer alteração ou retificação que porventura ocorra, os quais estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>) e no Portal da Transparência do Município de Vera Cruz do Oeste-PR (www.veracruz.pr.gov.br);
- 3.3** *No valor da contratação, deverão estar incluídas todas as despesas transporte, hospedagem, impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos e despesas necessárias à prestação dos serviços no Município de Vera Cruz do Oeste, sendo que a CONTRATADA será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes;*
- 3.4** *Havendo mais de um item faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem;*
- 3.5** O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto;
- 3.6** Havendo divergência entre as especificações constantes no comprasgov, o termo de referência e este edital/aviso, prevalecerão os constantes neste edital e no termo de referência.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA

- 4.1** Considerando que o Município foi contemplado pela Deliberação nº 035/2025–CEDIPI/PR que trata do programa Cuida Mais Paraná: Promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio da prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas, na modalidade fundo a fundo para o desenvolvimento de projetos, programas e ações em prol da população idosa, conforme Lei Federal nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, este processo vem ao encontro da Garantia da Proteção Integral e dos Direitos Fundamentais às pessoas Idosas conforme preconizado no Estatuto da Pessoa Idosa, bem como na Constituição Federal de 1988, no seu art. 230



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

que diz

“A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida.”

4.2 Após realizar o estudo da Deliberação nº 035/2024 – CEDIPI/PR, a qual prevê contratação deste tipo de serviço em prol dos idosos, entende-se ser necessária a contratação de serviço de profissional de educação física para desenvolver atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas por meio da modalidade de **dispensa eletrônica com disputa**, de acordo com o art 75, II da lei 14/133 de 2021, já que a licitação por dispensa economiza recursos para a administração pública.

4.3 Considerando que o município realizou uma contratação ano de 2025 para aplicação do recurso, no entanto a empresa anteriormente contratada não executou o contrato.

5. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

5.1. Poderão participar desta dispensa eletrônica, **pessoa jurídica** desde que atendidos os requisitos de habilitação exigidos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasgov 4.0 (gov.br), disponível no endereço eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

5.2.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

5.2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

5.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

5.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

5.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

5.3.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

5.3.3.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

5.3.3.4. sociedades cooperativas.

6. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item;

6.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, registrará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento;

6.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada;

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

6.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o(a) proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

6.8. Uma vez registrada/cadastrada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la; até a data e a hora agendada;

6.9. **No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:**

6.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

6.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

6.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

6.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

7. FASE DE LANCES

7.1. A partir das **08h00min** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

7.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

7.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

7.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,10 (dez) centavos**.

7.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

7.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

7.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

7.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

8.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

8.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

8.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

8.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

8.3. Estando o preço compatível, o (a) Agente de Contratação/pregoeiro **solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de até 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.4. *A proposta de preços, deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas, acréscimos ou aditivos, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(ais);*

8.5. O prazo de **validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

- 8.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.7.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.8.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.11.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso/Edital de Contratação Direta.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**, deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 9.2** Ao final da disputa o Agente de Contratações fará a consulta no SICAF dos documentos do licitante vencedor, para fins de habilitação, podendo o servidor também consultar nos sites oficiais do governo. A documentação que não for encontrada, será solicitada à proponente vencedora para que a mesma as insira no ambiente virtual do Compras.gov.br no prazo estipulado neste edital/aviso de dispensa.
- 9.3** – Os documentos deverão ser anexados no campo específico da plataforma, organizados de forma a facilitar a verificação.
- 9.4** Para fins de **habilitação jurídica** deverá ser apresentado:
- 9.4.1** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 9.4.2** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações, no caso de empresa Ltda, ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo; ou
- 9.4.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício; ou
- 9.4.4** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 9.4.5** Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.
- 9.4.6** Caso a última alteração do contrato social traga consolidação do contrato social basta apresentação deste em substituição ao contrato social e todas as alterações.
- 9.5** Para fins de **habilitação fiscal, social e trabalhista** deverá ser apresentado:
- 9.5.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

- 9.5.2** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, (CICAD, no Estado do Paraná) ou documento que comprove a inscrição junto ao Estado sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro do prazo de validade;
- 9.5.3** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a relativa à Seguridade Social;
- 9.5.4** Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- 9.5.5** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da licitante.
- 9.5.6** Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.
- 9.5.7** Prova de regularidade trabalhista perante a Justiça do Trabalho
- 9.6** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.7** A prorrogação do prazo previsto no item anterior poderá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.
- 9.8** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.9** Serão aceitas, como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.
- 9.10** Para o caso de o documento não apresentar prazo de validade, estes deverão ser emitidos dentro do período de até 90 (noventa) dias.
- 9.11** Para fins de **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional** deverá ser apresentado:
- 9.11.1** Diploma de bacharel em educação física do profissional que prestará os serviços;
- 9.11.2** Prova de registro regular perante o Conselho Regional de Educação física (CREF) do profissional que prestará os serviços;
- 9.11.3** Comprovação de vínculo entre o profissional pela execução dos serviços e a proponente, através de registro em carteira e/ou ficha de registro; ou contrato de prestação de serviços; ou ainda mediante carta de anuência de que se a empresa for vencedora o profissional executará os serviços.
- 9.11.3.1** Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.
- 9.11.3.2** É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional por mais de uma proponente.
- 9.12** *Declaração de que atende o inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, comprometendo-se a atender tal exigência constitucional durante o prazo de vigência do contrato (anexo V);*
- 9.13** *As proponentes podem ser representadas, no processo licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresentado o instrumento procuratório, com firma reconhecida, até o início da sessão.*
- 9.14** **NOTA** – *Para as proponentes que possuem filiais fica determinado que a prova de regularidade quanto a tributos federais e a dívida ativa da União e perante ao INSS deverá ser com o CNPJ da matriz, e demais tributos deverão estar com o número do CNPJ pelo qual a proponente será contratada (se vencedora) e posteriormente emitirá notas fiscais.*
- 9.15** **As proponentes que se enquadrarem como Micro Proponentes ou Proponentes de Pequeno Porte, poderão utilizar os benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/14 e Lei Municipal nº 825/09, ficando sob sua responsabilidade a comprovação para tal.**
- 9.16** Se for o caso, a empresa deverá apresentar comprovante da condição de ME/EPP;
- 9.17** Declaração de inexistência de fato impeditivo, não utilização de mão de obra de menores, declaração de atendimento à logística reversa dos produtos, declaração de reserva de cargos e declaração de atendimento ao §1º do art. 63 da lei Federal Nº 14.133/2021 **(anexo V).**



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

9.18 Declaração, para fins de cumprimento do disposto na Súmula Vinculante 13/STF de 21 de agosto de 2008 e acórdão 2745/10 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (anexo V).

9.19 Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (**anexo VII**).

9.20 No momento da sessão, o agente de contratação realizará consulta aos sites:

9.21 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

9.22 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.23 Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:12249879529814::NO:3,4,6::>);

9.24 Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

9.25 A consulta aos cadastros mencionados acima será realizada em nome da pessoa jurídica declarada previamente vencedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.26 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de sanção, dependendo da gravidade da mesma, a proponente vencedora poderá ser reputada inabilitada, por falta de condição de participação no certame;

9.27 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada;

9.28 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s);

9.29 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação;

9.30 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.31 Caso o licitante efetue o envio de documentos sem a devida organização o Agente de Contratação poderá solicitar o reenvio através do sistema;

9.32 O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, **deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da notificação**, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Aviso de Dispensa Eletrônica/Edital;

9.33 Os documentos deverão ser encaminhados, obrigatoriamente, no ambiente virtual do Compras.gov.br.

9.34 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

9.35 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão poderá ser suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade;

9.36 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso/Edital de Contratação Direta;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

9.37 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação;

9.38 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente;

10.2 O adjudicatário terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para assinatura do Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso/Edital de Contratação Direta e na legislação vigente;

10.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinado digitalmente, e devolvido posteriormente para demais trâmites necessários;

10.4 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

10.5 Em caso de substituição do Termo de Contrato, o Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

10.6 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso/Edital de Contratação Direta e seus anexos;

10.8 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

10.9 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, iniciada após publicação do contrato no PNCP, com possível prorrogação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.10 Na assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

11.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.2 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.3 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4 dar causa à inexecução total do contrato;

11.5 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.6 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.7 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.8 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.9 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.10 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.11 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.12 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste-Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01-Rua Rui Barbosa, 202—centro, CEP: 85845-056,

Fones: (45) 99127-8712 e (45) 99148-1470



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.13 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.14 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.15 O Município poderá aplicar as sanções previstas em Lei, ao adjudicatário que se recusar injustificadamente em assinar ao Ata/Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da respectiva convocação;

11.16 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.2 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.2 a 13.14;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.3 a 13.8 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.9 a 13.14, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.17 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.17.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.17.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.17.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.17.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.17.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.18 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.19 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.20 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.21 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração

11.22 pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.23 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.24 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.25 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12. DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Conforme o código penal Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro de 1940 constitui crime:

12.2 **Frustração do caráter competitivo de licitação.**

- **Art. 337-F.** Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste-Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01-Rua Rui Barbosa, 202–centro, CEP: 85845-056,

Fones: (45) 99127-8712 e (45) 99148-1470



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:
Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

12.3 Perturbação de processo licitatório.

- [Art. 337-I](#). Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:
Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

12.4 Fraude em licitação ou contrato.

- [Art. 337-L](#). Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:
 - I. entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;
 - II. fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;
 - III. entrega de uma mercadoria por outra;
 - IV. alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;
 - V. qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da NF-e, com o atesto do responsável pelo recebimento definitivo do mesmo.

13.2 A CONTRATANTE efetuará a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado, (quando obrigatório) conforme determina a legislação vigente;

13.3 O pagamento será única e exclusivamente realizado através de meio eletrônico, via boleto, pix ou depósito bancário em conta corrente de titularidade da empresa e, preferencialmente, que a proponente vencedora indique conta no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme orientações do CONTRATANTE. Caso seja indicado outra agência bancária e houver as despesas de transferência, estas correrão por conta da vencedora.

13.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

13.5 A Nota Fiscal deverá conter a descrição detalhada do objeto, quantidade, valor unitário e total, número da Dispensa e do contrato, e ser acompanhada do atesto do responsável pelo recebimento dos serviços.

14. DO PREÇO/ESTIMATIVA DE VALOR

14.1 O valor total máximo estimado desta contratação é de **R\$ 17.703,60** (dezesete mil, setecentos e tres reais e sessenta centavos).

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Os pagamentos decorrentes dos serviços correrão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Fonte
07.001	Manutenção do SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	3.3.90.39.00	00000
07.001	Manutenção do SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	3.3.90.39.00	00900



16. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

As atividades a serem desempenhadas pelo profissional de educação física consistirão em intervenções nas modalidades de “recreação em atividades físicas” e “orientação de atividades físicas e “práticas esportivas adaptadas”, nos termos da resolução CONFEF nº046/2002.

16.1 O profissional poderá trabalhar com os seguintes exercícios físicos e cognitivos durante as atividades:

16.2.1 ginásticas, exercícios físicos, desportos, lutas, capoeira, modalidades esportivas oriundas das artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios às atividades laborais e do cotidiano, prática guiada de tarefas, eminentemente lúdicas, que estimulam funções cognitivas como memória, atenção, linguagem, resolução de problemas, raciocínio, velocidade de processamento e outras práticas corporais, de acordo com o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e na política de esportes do Paraná.

16.3 O profissional deverá realizar as atividades de segunda à sexta-feira, das 13:30h até 17:30h, totalizando uma carga horária semanal de 20 (vinte) horas, sendo 16 (dezesesseis) para atividades físicas e 4 (Quatro) horas para planejamento.

16.4 O profissional deverá:

16.4.1 elaborar o planejamento geral das atividades a serem executadas no percurso do Programa Cuida Mais Paraná, baseado na política de Esportes do Paraná;

16.4.2 Indicar ao coordenador municipal os itens necessários à realização de atividades, para eventual aquisição, quando não disponíveis no município;

16.4.3 Participar da mobilização do público-alvo para ingresso nas atividades;

16.4.4 - Planejar a grade horária semanal, sugerindo-se a inclusão, além das horas de atividades com as pessoas idosas, de horas para planejamento, estudo, reuniões com a rede, mobilização do público-alvo, entre outros;

16.4.5 Orientar e assessorar os participantes durante a execução das atividades.

16.4.6 Zelar pela segurança e integridade das pessoas idosas durante a prática das atividades;

16.4.7 Organizar as inscrições (quando for o caso) e controle de presença;

16.4.8 Participar de reuniões propostas pelo coordenador municipal para planejamento e avaliação das ações.

16.4.9 Apoiar na organização de eventos relacionados aos idosos.

16.4.10 Participar de capacitações, reuniões, videoconferências e outros eventos promovidos pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), Secretaria de Estado do

16.4.11 Esporte (SEES), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI) e demais parceiros, e adotar as orientações metodológicas transmitidas.

16.5 Para garantir a segurança dos participantes durante a realização das atividades físicas e cognitivas será necessária uma avaliação inicial de riscos, pelos profissionais responsáveis pelas intervenções. Isso inclui a identificação de condições pré-existentes, limitações funcionais e comorbidades dos idosos.

16.6 Considerando que os idosos são mais suscetíveis a quedas e lesões, deverá ser realizado um treinamento de prevenção de quedas, com exercícios de equilíbrio e fortalecimento muscular, focando nas necessidades de cada indivíduo.

16.7 Deverão ser incluídas atividades que promovam o equilíbrio, a coordenação motora e a mobilidade de forma segura.

16.8 Caso algum idoso apresente problemas de saúde antes, durante e após as aulas, o instrutor deverá interromper as atividades de forma imediata e prestar o devido auxílio, e convenientemente realizar chamada para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de número 192.

16.9 Será solicitada a substituição da aula em que o profissional contrata do serviço faltar, seja por motivo justificável ou não.

16.10 Caso haja falta do profissional durante a prestação dos serviços, as aulas faltantes poderão ser substituídas, em data a ser definida pela secretaria de Assistência Social, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas na legislação de que trata a matéria;

16.11 Em caso de não conformidade da prestação dos serviços com o que está descrito neste



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

edital/aviso, os mesmos poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, exigindo-se sua imediata adequação, e em caso de descumprimento poderá ocorrer a extinção contratual sem qualquer prejuízo para a administração pública;

16.12 Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade do serviço prestado;

16.13 O recebimento definitivo ocorrerá após a devida verificação da quantidade das horas cumpridas e da qualidade do serviço prestado;

16.14 A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao contratante e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto do presente aviso/edital de dispensa eletrônica, isentando o Município de Vera Cruz do Oeste de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

16.15 Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o efetuado, serão aplicadas à empresa contratada as sanções previstas na legislação vigente.

16.16 A não execução do objeto no prazo estabelecido implicará nas sanções e penalidades previstas neste edital e nas cabíveis previstas na Lei nº 14.133/21;

16.17 Os serviços deverão ser executados de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federais, estaduais e municipais de segurança, higiene e medicina do trabalho.

16.18 A CONTRATADA será responsabilizada por danos pessoais ou materiais havidos em consequência de erros, falhas ou negligências, por ação ou omissão no cumprimento dos regulamentos e determinações relativas à segurança em geral;

17. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

17.1 A contratação se dará por Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 O prazo de vigência da contratação será de **6 (seis) meses**, iniciada na data da publicação no PNCP, com possível prorrogação, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

19.1 O prazo para a execução/prestação dos serviços será durante a vigência do contrato e deverão ser iniciados após o recebimento da autorização de fornecimento.

20. DO LOCAL PARA EXECUÇÃO

20.1 As atividades do Programa Cuida Mais Paraná serão executadas:

20.1.1 No Centro de Convivência Construindo Sonhos, situado à Rua Campos Sales, nº 352, Jardim América, que possui uma infraestrutura ampla e adaptada para a realização de atividades físicas, culturais e de convivência social;

20.1.2 Na APIV- Associação de proteção aos idosos de Vera Cruz do Oeste, situada na rua Santa Catarina, Jardim América, local este, que contém espaço adequado para a realização das atividades.

20.1.3 Adicionalmente, as atividades poderão ocorrer em outros locais previamente definidos pela Secretaria de Assistência Social, incluindo espaços ao ar livre, desde que atendam às necessidades do programa e garantam a segurança e o bem-estar dos participantes;

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1 Conforme art. 122 da Lei 14.133/2021, § 3º é vedado ao contratado a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

21.2 De acordo com o art. 150 do Decreto Municipal nº 6.602/2023, neste processo licitatório, não será permitido nenhuma forma de subcontratação.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1 Não se aplica.

23. DA REVISÃO DE PREÇOS

23.1 Poderá haver reajuste de preços após o período de 12 (doze) meses do orçamento estimado, utilizando-se como base o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

24. DA FISCALIZAÇÃO

24.1 A fiscalização exercerá amplo e rigoroso controle particularmente em relação à qualidade dos serviços prestados, a fim de possibilitar a aplicação das infrações e sanções previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

24.2 As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente aviso/edital, deverão ser registrados pela Administração, através de seus prepostos no Livro de Ocorrências, produzindo esses, registros de direito.

24.3 O acompanhamento e a fiscalização do contrato firmado com a CONTRATADA deverão estar em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

24.4 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

24.5 Eventuais situações excepcionais ou não previstas deverão ser submetidas à fiscalização para avaliação e definição das providências cabíveis, resguardando sempre o interesse público e a plena execução contratual.

24.6 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

24.7 O acompanhamento e fiscalização da contratação será exercida por servidor municipal designado da Secretaria Solicitante, o qual verificará as especificações exigidas no presente edital/aviso de dispensa.

25. DEVERES DA CONTRATANTE

25.1 Além das obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, caberá ao Contratante:

25.1.1 Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora e que sejam necessários para a adequada execução do serviço;

25.1.2 Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, por meio de servidor designado para tal finalidade, assegurando que as atividades estejam em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, neste Edital/aviso de dispensa e na proposta apresentada;

25.1.3 Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, efetuar o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste edital/aviso de dispensa;

25.1.4 Comunicar por escrito à contratada, quaisquer irregularidades verificadas, solicitando que haja o cumprimento das obrigações pactuadas;

25.1.5 Solicitar a reposição da aula em que o prestador do serviço faltar, seja por motivo justificável ou não;

25.1.6 Acompanhar os serviços prestados, exigindo que a contratada tome as providências necessárias para regularização da execução;

25.1.7 Comunicar, por escrito, à contratada não prestação correta do serviço, apontando as razões, quando for o caso, da(s) sua(s) não-adequação aos termos contratuais;

25.1.8 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

25.1.9 Aplicar, quando necessário, as sanções administrativas e penalidades legais e contratuais



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

decorrentes do descumprimento de obrigações pela Contratada.

26. DEVERES DA CONTRATADA

26.1 A empresa contratada deverá:

26.1.1 Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, em conformidade com o disposto no art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, informando formalmente ao Contratante qualquer alteração que venha a ocorrer nas referidas condições.

26.1.2 Executar o objeto desta dispensa conforme as especificações constantes no Termo de Referência e no contrato, cumprindo o prazo estabelecido e responsabilizar-se pela quantidade e qualidade, bem como apresentar a respectiva Nota Fiscal contendo em seu corpo a descrição dos serviços prestados e respectivos valores;

26.1.3 Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela contratante, referentes às condições firmadas neste aviso/edital de dispensa e no contrato;

26.1.4 Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do contratante;

26.1.5 Notificar a contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades;

26.1.6 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração que sejam inerentes ao objeto contratado;

26.1.7 Cumprir integralmente os prazos estabelecidos no contrato.

26.1.8 Arcar e assumir integral responsabilidade por todas as despesas relativas à execução do serviço, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, emolumentos, fretes, alimentação, deslocamento, mão de obra, estadia/pernoite e demais custos necessários ao pleno cumprimento das obrigações assumidas;

26.1.9 Não transferir, sob nenhuma forma, ainda que parcialmente, as obrigações assumidas, tampouco subcontratar qualquer etapa dos serviços.

26.1.10 Repor as aulas a que estiver faltado ou ausentado por qualquer motivo, sem prejuízo aos participantes.

26.1.11 Executar os serviços no prazo, local e condições estabelecidos neste Edital/aviso de dispensa, responsabilizando-se por quaisquer vícios, falhas ou danos decorrentes da má execução, nos termos da legislação vigente;

26.1.12 Estar ciente de que o descumprimento de quaisquer das obrigações previstas neste aviso/edital implicará na aplicação das sanções e penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 O procedimento será divulgado no Comprasgov 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

27.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

27.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

27.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

27.2.3 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

27.2.4 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

27.3 As providências dos subitens 28.2.1 e 28.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

27.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

27.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

27.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

27.7 *Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.*

27.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

27.11 Da sessão pública será gerada Ata/relatório no sistema eletrônico.

27.12 *A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.*

27.13 *A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao contratante e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto da presente dispensa de licitação, isentando o Município de Vera Cruz do Oeste de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.*

27.14 *Os serviços deverão estar em conformidade com as normas vigentes e serão recebidos e conferidos pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços da Prefeitura do Município de Vera Cruz do Oeste/servidor responsável. Caso o serviço não esteja de acordo, será rejeitado, obrigando-se a contratada a refazer o mesmo, sem prejuízo para o contratante.*

27.15 *Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicadas à empresa as sanções previstas na legislação vigente.*

27.16 *Nos preços ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive, frete, seguro, impostos, alimentação, hospedagem, taxas e outras despesas que incidam ou venham incidir no fornecimento e prestação dos serviços.*

27.17 *O contratante se reserva ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste edital estão sendo cumpridas pela contratada;*

27.18 *Para dirimir as questões sobre o objeto deste processo, fica eleito o foro da Comarca de Matelândia para renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.*

27.19 *Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, jurisprudência e doutrina aplicáveis, e dos princípios gerais de direito.*

27.20 As comunicações entre o órgão ou entidade e a proponente vencedora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

28. ANEXOS

28.1 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

28.2 ANEXO I – Documentação Exigida para Habilitação;

28.3 ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar-ETP;

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste-Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01-Rua Rui Barbosa, 202—centro, CEP: 85845-056,

Fones: (45) 99127-8712 e (45) 99148-1470



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

- 28.4 ANEXO III – Termo de Referência-TR;**
- 28.5 ANEXO IV - Modelo de Proposta;**
- 28.6 ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada;**
- 28.7 ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato;**
- 28.8 ANEXO VII - Declaração de Enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.**

Vera Cruz do Oeste, 02 de junho de 2026.

Juliana Estevão de Oliveira Rosalen
Agente de Contratação